

# **NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO REGIONAL: a experiência do Maranhão**

**ZULENE MUNIZ BARBOSA**

## **RESUMO**

Esta comunicação examina como que no bojo do atual processo de transnacionalização do capitalismo o regional, e o transnacional se articulam e se materializam numa formação social concreta como Maranhão. O foco da análise é o Maranhão moderno a partir dos anos 1980 (projetos mineros - metalúrgicos, agropecuário e de reflorestamento e seus pólos industriais instalados em vários municípios do Estado (Rosário, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz).

## **Introdução**

O padrão de acumulação que se desenvolveu, a partir da segunda metade dos anos 1950 no Brasil, incluía o Maranhão no circuito do capitalismo industrial como fronteira de expansão e valorização do capital. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 esse processo se intensificou durante o governo Sarney, a partir da chamada "lei de terra, responsável por um conjunto de transformações nas relações sociais do campo maranhense. A combinação terra e capital foi o eixo a partir do qual se deu a modernização capitalista no campo maranhense pela incorporação de grandes extensões territoriais.

Essa dinâmica foi precedido da grilagem de imensas áreas de ocupação camponesa mediadas por um sistema cartorial responsável pelo fornecimento de títulos de propriedade” (ASSELIM, 1987). Esse processo de grilagem cartorial foi institucionalizada no Maranhão através da COMARCA. A grilagem de pequenas propriedade agrícolas em áreas devolutas do Estado deu origem a grandes fazendas na encosta das principais rodovias federais e estaduais modificando a paisagem geográfica nessa região. O produtor da pequena unidade camponesa passou a morar entre as rodovias e as cercas, quadro que se completou com a criação do gado bubalino desenvolvido em grande parte da baixada maranhense.

Os anos 1970 constituíram o que Arcangelis (1987) denominou de “economia do gado”, para definir o modo concreto da inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas ou na divisão nacional do trabalho. Vivenciado no auge do “milagre econômico (1968-1973) esse processo, no Maranhão, se caracterizou pelo acirramento do conflito de terra entre grileiros e posseiros. A fronteira agrícola no Maranhão foi fortemente pressionada pela chamada “economia do gado” perdendo assim, a capacidade de incorporar o pequeno produtor. O desdobramento mais imediato desse processo foi expulsão do pequeno produtor autônomo pelas cercas de arame farpado, originando novas categorias no campo: o meeiro, o arrendatário, o parceiro, e um extenso proletariado rural em êxodo em todo o Estado. No plano estadual a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), passa a promover a negociações das terras devolutas no mercado regional de terra. A justificativa era "ocupar racionalmente as terras improdutivas e devolutas do Estado" (Arcangelis, 1987).

Esta nova frente foi responsável pela ocupação dos “espaços vazios” amazônicos, acionada como política governamental de integração nacional, sobretudo a partir do II PND. Em nome dos grandes projetos agropecuários (subsidiados por órgãos do governamentais a grilagem tornou-se corriqueira na região que, mais tarde, se tornaria conhecida como área de influência do Projeto de Ferro Carajás. Dados levantados pelos IBGE (1990) mostram que, nesse período, a pecuária maranhense quadruplicou, sobretudo na região do Mearim. O efetivo de bovino pulou de 927.807 em 1950, para 3.900.000 em 1990 e a concentração fundiária se intensificou com a euforia do projeto Carajás a partir do final da década de 1970. Outro fator que acelerou esse processo foi o beneficiamento da madeira na região tocantina, atraindo diversas empresas e grupos privados. Tal dinamização permitiu a instalação de grandes projetos agropecuários, corolário dos grandes projetos de desenvolvimento que impulsionados pelo II PND inseriu as regiões Norte e Nordeste no chamado desenvolvimento industrial, amplamente acelerado com a instalação dos projetos minero-metalúrgicos integrados ao Programa Grande Carajás. Carajás efetivamente movimentou um esquema institucional pesado envolvendo uma grande soma de recursos financeiros e políticos do governo federal em articulação com as oligarquias regionais.

## O global e o regional

A década de 1980 e 1990 assistiu a intensificação desse processo marcado pela concentração espacial do capital e de suas novas formas de acumulação, seja internamente, seja em escala mundial. As reformas neoliberais no Maranhão, como no resto do Brasil, traduziram-se numa associação mais estreita entre Estado e capital. O governo do Estado adotou uma política de investimentos, visando atrair o capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão-de-obra barata e desorganizada. Esses empreendimentos normalmente se instalam em pequenos municípios, onde os trabalhadores mesmo sem nenhuma garantia de direitos sociais e trabalhistas, saúdam esse tipo de iniciativa como sinal de progresso, uma vez que elas apresentam promessas de emprego e de renda para a população pobre e carente.

“A miséria popular continua sendo o substrato das políticas de modernização empreendidas pela oligarquia. O moderno e o ‘atrasado’ mais uma vez conjugados, segundo uma lógica discursiva que apresenta os benefícios da modernização como doações do governo estadual à uma população carente” (Cabral, 1997).

A implantação de grandes projetos industriais no bojo do qual se estrutura o Maranhão moderno” não pode o entanto ser analisado como uma simples decisão de investimento apresentado como marco inaugural de uma nova era de progresso e bem estar . Tais projetos materializam novas relações sociais que para se constituírem implicam a destruição de outras.

De modo geral afirma Saggiaro Garcia (2009), as transnacionais são um dos principais motores de desenvolvimento capitalista. A dinâmica que introduzem nos espaços regionais têm um papel central na exploração e transferência das riquezas do sul para o norte (principalmente sob inovações tecnológicas para os seus lucros, mas apresentados como inovações para toda a sociedade). No caso de Carajás, o desdobramento foi a construção da Estrada de ferro Carajás e, ao longo dela, foi estimulado a instalação de usinas para produzir o ferro gusa (oito usinas foram colocada em pleno funcionamento para produzir o carvão vegetal).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Maranhão os conflitos agrários são intensos, sendo que de 1985 a 1990 foram registrados 305 casos de conflitos no campo, envolvendo 8.107 famílias e oito assassinatos evidenciando os graves problemas estruturais no Estado, que permanecem sem soluções. Segundo o relatório "*Conflitos no Campo Brasil 2008*", da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve 28 mortes em 2008, sendo 20 delas (72%) na Amazônia Legal, que corresponde aos Estados do Acre, Amapá, Amazônia, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e à parte do Maranhão. Totalizando 1.170 conflitos agrários registrados.

O relatório acrescenta ainda a ocorrência de 44 tentativas de assassinatos, 90 ameaças de morte, 168 prisões e 800 agressões. Essa realidade é agravada em várias regiões do Estado pela constatação de focos de trabalho escravo, convivendo com a chamada modernidade. O relatório, divulgado na 47ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNPQ) contabilizou 280 denúncias sobre trabalho escravo no ano passado, contra 276 denúncias em 2005. A partir destas novas formas de acumulação no espaço regional constata-se o Maranhão vivenciou rápidas transformações num turbilhão de violência expropriação de trabalhadores rurais, devastação de florestas represamento de rios para geração de energia elétrica, degradação ambiental, construção de portos e a chegada do grande capital transnacional .

Esta dinâmica atualizou também o mercado de terra (Wagner Almeida, 2008) a partir da intensidade desse processo em áreas de babaquais, onde a terra é negociada segundo as potencialidades de cada região ou localidade. Segundo o por esse mesmo processo "atos de compra e venda incrementam transações que implicam numa redefinição da noção de valor de terra, diferentemente dos anos 1970 quando a abundância de recursos levava o Estado a criar facilidades de incentivos fiscais para grandes grupos empresariais; hoje mesmo existindo o apossamento ilegítimo há uma predominância das regras de mercado.

Significa dizer que, a intensidade do processo de ocupação de terras, ao longo do chamado corredor de exportação para a implantação de pólos industriais introduzem a precarização das relações de trabalho ( que atualmente proliferam atualmente na região sul do Maranhão) e que se conformam dentro da dinâmica acelerada entre o global e o regional .As estratégias empresariais ao privilegiarem o

mercado de commodities em detrimento da economia do babaçu operam no sentido de que sobre os estados amazônicos grupos de investidores reproduzem os seus lucros numa escala sempre mais ampliada .

Os ventos da globalização trazem, agora, a perspectiva de implantação do pólo siderúrgico e novas relações sociais chegam ao Maranhão e os que dominam a política local articulam os interesses locais regionais a dinâmica dos capitais transnacionais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARCANGELIS, Alberto (1987). “O mito da terra: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense”. *Ciências Sociais*

ALMEIDA, Lúcio Flavio. “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”. *Lutas Sociais*, 1.

ASSELIM, Victor (1982). Grilagem, corrupção e violência em terra de Carajás. Petrópolis, Vozes

BARBOSA, Zulene . As temporalidades da política no Maranhão .Lutas sociais 0 7

CABRAL, Wagner C. (1997). Do “Maranhão “novo” ao Maranhão do “novo tempo”: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, mimeo.

WAGNER. Alfredo(2008) . A ideologia da decadência